Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 2 | 2021
Artigo recebido em: 30/04/2022
Aprovado em: 30/04/2022

Caio Floriano dos Santos
[Doutor em Educação Ambiental. Pós doutor em Educação Ambiental com bolsa PNPD/CAPES (PPGEA/FURG). Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil (FURG).
ORCID ID: http://orcid.org/0000-0003-0229-4869

Carlos RS Machado
[Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Coordenador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.]
ORCID ID: http://orcid.org/0000-0002-6075-1506

Simone Grohs Freire
[Doutora em Educação Ambiental (FURG); Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA); Professora associada do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de Filosofia e Educação Filosófica - Regional Extremo Sul (NESEF).]
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0003-3566-0669

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PANDEMIA

Environmental Education and Pandemic

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre a Educação Ambiental e a Pandemia de COVID-19. Para tanto, escolheu-se procurar levantar alguns elementos a partir das perguntas realizadas na convocatória do Dossiê. Apontamos o caminhar ao lado dos grupos subalternos como uma possibilidade para auxiliar nas mudanças necessárias frente às desigualdades sociais e ambientais, desveladas durante a Pandemia, para um mundo com justiça e equidade social e ambiental.

Palavras-chave: Subalternos; justiça social e ambiental; Pandemia; Educação Ambiental.

Abstract

The present article has the objective to accomplish some reflections about the Environmental Education and pandemic of COVID-19. For this, we chose to seek to rise some elements since the accomplished questions in the call of the dossier. We pointed the walking beside of the subaltern groups as a possibility to help in the necessary changes face the social and environmental inequalities, unveiled during the pandemic, to a world with justice and social and environmental equity
Key words: Subalterns; Social and environmental justice; Pandemic; Environmental Education

INTRODUÇÃO

Organizar o dossiê sobre a temática Educação Ambiental e a Pandemia de COVID-19 para a Revista Ambiente & Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG), tratou-se de um desafio diante do cenário pandêmico, que impôs limitações, desafios e tantos outros obstáculos à vida acadêmica e cotidiana. Como asseverou Costa (2020) "a crise pandêmica que se abateu sobre o Brasil no primeiro trimestre de 2020 iluminou definitivamente o arco das desigualdades sociais e regionais, revelando o lado mais sombrio da ineficácia histórica das políticas de Estado", realidades e momentos que não podem mais serem desconsiderados em qualquer reflexão que se afirme crítica ou alternativa ao "real relacional" (BOURDIEU; WACQUANT, 2008) existente das relações dos humanos entre si, assim como destes com a natureza e os demais seres vivos neste planeta.

Como, também, salientou David Harvey é preciso que discutíssemos sobre os privilégios de quem pode ficar em casa nesse momento (HARVEY, 2020) e aqueles cuja única opção era continuar a trabalhar para que a cidade "funcionasse". Ou seja, a pandemia se articulou às injustiças pré-existentes caracterizando-se como algo mais complexo – como Sindemia, que é

> un cuadro pandémico en el que la enfermedad infecciosa se entrelaza con otras enfermedades, crónicas o recurrentes,a sociadas a sua vez a la distribuición desigual de la riqueza, la jerarquia social, el mayor o menor acceso a vivencia o salud, etec., factores todos ellos atravesados por una inevitable marca de raza, de calse y de género. La sindemia es una pandemia en le que los factores biologicos, económicos y sociales se entreveran de tal mod que hacen imposible una solución parcial

> o especialziada y mesno mágica y defintiva (ALBA RICO, 2021).

O arrefecer da pandemia não é o retorno a um pretenso normal antes existente, mas o piorar daquele “anormal” vivido pela maioria das populações injustiçadas, exploradas e subjugadas, assim como a natureza e os demais seres vivos pelo modo de produzir capitalista que foi emergindo desde 1492/1500 quando da invasão europeia nestes territórios que chamamos de América Latina e Caribe[1].

Assim, a proposição e a construção deste dossiê procurou descrever/refletir/entender como pesquisadores/as e extensionistas em Educação Ambiental têm se movido e trabalhado no combate à COVID-19, mas também explicitar suas perspectivas do e no pós-pandemia nesse campo do conhecimento e em seus espaços de ação cidadã ou acadêmica. Sendo assim, propusemo-lhes as seguintes questões:

Quais limites e contradições a Educação Ambiental apresentava no período pré-pandêmico?

Qual o papel e que Educação Ambiental precisaremos no pós-pandemia?

Quais conhecimentos construímos anteriormente que podem ajudar na superação das questões futuras?

Quais foram as experiências, problemas e contribuições que a Educação Ambiental vivenciou no modelo remoto que preponderou durante a pandemia?

Acreditamos que as reflexões apresentadas no dossiê contribuem nas lutas contra a injustiça existente e ampliada nestes tempos pandêmicos e pós-pandêmicos. No entanto, não é nosso objetivo responder de forma pragmática a todas essas perguntas, mas de alguma forma fomentar reflexões que possam ampliar o debate, buscando alternativas de vidas outras.

[1] Deixamos de fora os estadunidenses e canadenses, pois neste processo histórico se tornaram, também, parte dos países dominantes impondo suas perspectivas, empresas, acadêmicos, domínios e exploração a essa região.

A PANDEMIA E SUAS MARCAS

A Pandemia escancarou a desigualdade social vivenciada no mundo. Uma crise de múltiplas dimensões, uma delas a ambiental, que vem sendo alertada há muito tempo pelos movimentos sociais e por parte dos pesquisadores. Como assevera Mascaro (2020, p. 5) "a crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos de sustentar materialmente sua existência". Nas palavras de Grosfoguel (2008), o "sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal" desenvolveu a crise permanente como oportunidade de avançar em seus negócios (sempre através de negociatas) na busca incessante de lucro, domínio e exploração, um ciclo sem fim. Como exemplo,

> a essencialidade do setor mineral durante a pandemia foi forjada pelas organizações representativas de classe da mineração e por meio de pressões sobre o governo federal para inclusão em portaria ministerial e posteriormente em decreto presidencial (ZUCARELLI, 2020, p. 19).

Quando olhamos para o Brasil, todas as reflexões que possam ser realizadas são potencializadas por um governo que tem como política a morte, pelo processo de aceleração burguesa que gestou um golpe de Estado em 2016 (MASCARO, 2020) e pela apropriação dos recursos de políticas públicas por setores empresariais e corporações militares, destruindo aquelas de cunho social. Tal gestão política resgata ideias e práticas do tempo da escravidão (diáspora) e do patriarcalismo colonial, conjugando-as com as da última ditadura civil-militar (1964-1989) e o fundamentalismo neopentecostal de origem norte-americana, tudo no bojo de uma guerra híbrida (LEIRNER, 2020; KORYBKO, 2018; FREITAS, 2019; PENIDO; STÉDILE, 2021) em desenvolvimento no Brasil e no mundo pelos Estados Unidos da América.

Mas, uma particularidade importante no Brasil e países que vivem sob jugo da colonialidade é que a morte tem cor, sexo e etnia, propagando-se o que Mbembe (2020, p. 5) descreveu como a Necropolítica, em que "a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na

capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer". Não foi isso que aconteceu, acontece e vivemos no Brasil?!

A prática e ação política dessa "soberania" se expressa, de forma literal, nos repetidos pronunciamentos do Presidente da República e de seus ministros (e demais membros), bem como em suas ações. Visto que, enquanto a Pandemia exigia ações imediatas e urgentes, o governo brasileiro (sob a gestão deste presidente, de militares, de empresários e de fundamentalistas religiosos) preferiu investir em propagação de informações falsas e tratamentos ineficazes[2], conforme comprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pelo Senado Federal (2022)[3].

Trata-se de um governo que tem como base de sua sustentação econômica e política os setores do agronegócio e da mineração, os quais lucram como se estivéssemos numa "terra sem lei". Assim, o meio ambiente, as pessoas que o defendem, os pequenos agricultores, os indígenas, os quilombolas, as populações tradicionais, os mais pobres e outras, além de preteridos na construção de políticas públicas, passam a ser alvos de ataques permanentes, quando não criminalizados. No caso da pandemia, tanto o governo como tais setores são corresponsáveis pelas mortes ocorridas. Importante lembrar que esses setores sempre tiveram relações diretas com o aumento da violência no campo no Brasil, conforme comprovam os cadernos dos Conflitos do Campo da Comissão Pastoral da Terra[4]. Conflitos esses que possuem nesse momento a chancela do governo brasileiro para que indígenas, quilombolas e camponeses possam ser assassinados. E, tudo isso, pelo lucro de seus acionistas.

Não conseguimos, até o momento, observar, por parte do governo brasileiro, uma ação coordenada para um enfrentamento adequado da

[2] A revista Carta Capital mostrou que todas as proposições beneficiam empresários e grupos ligados de uma forma ou outra ao presidente e seus apoiadores mais diretos, assim como a militares. <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-ha-por-tras-do-lobby-de-bolsonaro-pelo-uso-da-cloroquina/>, acesso 28/04/2021.

[3] Acesso ao relatório: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>, acesso 28/04/2022.

[4] Ver informações, relatórios e documentos sobre a violência e as mortes pelo agronegócio e governo: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6002-cpt-divulga-relatorio-sobre-conflitos-no-campo-no-brasil-em-2021>, acesso 28/04/2022.

pandemia. Por mais que alguns setores econômicos tenham obtido lucros durante esse período (exportação de *commodities* devido ao valor do dólar), a economia é um fracasso geral, e quem paga por isso é a parcela mais pobre da população. Qualquer iniciativa para amenizar o sofrimento da população – por exemplo, o auxílio emergencial – só foi realizada após mobilizações, pressão popular ou ações judiciais. Ao mesmo tempo em que se desmantelava políticas públicas como o bolsa família, que foi renomeada e depois desidratada com objetivo eleitoral.

A Pandemia foi vista pelo Governo Federal brasileiro como oportunidade de retirar direitos constitucionais, como fica explicitado na reunião ministerial de março de 2020, em que Ricardo Salles (ex (des)ministro do Meio Ambiente)[5] propõe "passar a boiada" e flexibilizar a legislação ambiental e Paulo Guedes (ministro da Economia) sugere colocar "granadas" no bolso dos servidores públicos federais, enquanto os olhos das mídias e da população estariam na Pandemia de COVID-19. Como ressaltado por Bronz, Zhouri e Castro (2020, p. 9):

> A pandemia de Covid-19, podemos dizer, potencializou os efeitos provocados pelas políticas em curso, agora amplificadas em suas constantes ofensivas contra os princípios constitucionais, o que nos alça a uma condição de 'crise do Estado democrático de direito'. São políticas que parecem desenhadas para deixar morrer ou mesmo produzir a morte de diferentes grupos e sujeitos sociais – trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais – e dos seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas.

As políticas foram feitas, como destaca Ricardo Salles, através de "parecer" e "caneta" para procurar dar um ar de legalidade aos atos praticados. Quando, na verdade, o objetivo era tentar legalizar setores que sempre atuaram na ilegalidade, em muitos casos com o uso de violência, prática incentivada pelo governo. As autoras, ainda, ressaltam que:

> sob o signo da negação e a égide de Tânatos, uma indefinida proposta para o desenvolvimento brasileiro se insinua como retórica da "modernização" da nação em primeiro plano, o "Brasil acima de tudo", expressão que expulsa do horizonte nacional a importância das questões ambientais, da Floresta

[5] Ver fala do ministro: <https://www.youtube.com/watch?v=th6_TgyYEMY>, acesso 28/04/2022.

> Amazônica e dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse discurso ideológico, em nome do nacional, criminaliza as práticas de proteção ambiental e as formas de ocupação tradicional de territórios, sob a alegação de que empatariam o aproveitamento das riquezas brasileiras. Contraditoriamente, esse projeto ideológico de nação, que não contempla parcela significativa de cidadãos do Brasil profundo, condena o país à condição de mero exportador de commodities agrícolas e minerárias, verdadeira posição subordinada no jogo político-econômico internacional (BRONZ, ZHOURI, CASTRO, 2020, p. 11).

Na área ambiental constata-se que uma das marcas da Pandemia é a destruição das salvaguardas legais ao meio ambiente, aos povos indígenas e às populações tradicionais. Importante ressaltar que a legislação e essas populações sempre foram vistas pelos setores econômicos como entraves ao lucro, uma continuidade do mundo colonial.

Nesse sentido, é importante que possamos refletir sobre o nosso ser, nosso saber e nosso fazer na e da Educação Ambiental em relação tanto ao contexto como aos conteúdos de tais ações e políticas públicas acima referidas. As perguntas realizadas na chamada desse dossiê se propõem em uma primeira reflexão acerca do nosso fazer na Educação Ambiental.

QUAIS LIMITES E CONTRADIÇÕES A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APRESENTAVA NO PERÍODO PRÉ-PANDÊMICO?

Quando iniciamos a reflexão para contextualizar o debate neste campo, por exemplo, destacamos o debate acerca das macrotendências (LAYRAGUES; LIMA, 2014), de suas correntes (SAUVÉ, 2005), ou ainda, de outros autores da Educação Ambiental Crítica. A macrotendência crítica já se consolidou nos trabalhos acadêmicos, bem como a Educação Ambiental se institucionalizou enquanto política pública (MORAES, 2021). Disso, assumimos a definição de Guimarães (2004, p. 25) para quem a Educação Ambiental Crítica deve ser “uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental”, como expressa nas linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG).

Não vamos adentrar nas discussões das macrotendências e correntes ou neste processo de institucionalização, mas apenas indicar que assumimos esse olhar inicial sobre a Educação Ambiental como provocação ao debate e para responder às questões colocadas inicialmente. Destacamos que a ação e a transformação são movimentos, ou seja, acontecem ao longo de um determinado período, que pode ser variável e que, devido a isso tais reflexões críticas devem/precisam ser continuamente atualizadas e ressignificadas.

Por qual motivo chamamos atenção para isso? Porque a Pandemia nos mostrou que a vida é movimento, portanto, ela não cabe em todas e quantas classificações possamos realizar, assim como as abstrações não dão conta da complexidade da vida, do vivido etc. Queremos dizer com isso que as macrotendências e as correntes não são válidas? Não! Mas que precisamos entender que a ação educativa poderá fazer com que tenhamos que adotar diversas estratégias no caminhar da transformação, assim como considerar os diferentes atores sociais populares, os grupos ou os setores sociais em suas particularidades e diversidades. Também, em suas diferenças e divergências na ação em luta contra as desigualdades e as injustiças que sofrem.

Preocupamo-nos demasiadamente em elaborar análises sobre o fazer dos outros para classificá-los, como se fosse um campeonato de quem é o mais crítico, verdadeiro ou correto. Essas análises são muitas vezes separadas ou completamente desligadas da ação transformadora junto, com ou desde os próprios atores sociais em luta contra as injustiças. Essa é uma preocupação do campo acadêmico, em que a maioria se utiliza do arcabouço teórico crítico (como atesta Layrargues). No campo do cotidiano, do vivido e do concreto real, a luta é para viver e manter o seu modo de viver principalmente se olharmos para os territórios em conflito ambiental[6].

Assim, como processo educativo entendemos que as ações de Educação Ambiental podem assumir, dependendo do momento, características das três macrotendências – conservacionista, pragmática e crítica –, mas

[6] São “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrente do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

sempre, considerando sua pertinência ou não em relação aos dados empíricos do "real relacional". Isso vai depender do objetivo da ação, para quê e para quem se está mobilizando o debate, o grupo mobilizado e outros aspectos. A pergunta é se o processo busca a transformação social ou conformação social? Nosso entendimento é de que os processos críticos devem procurar promover a transformação do modelo de sociedade em que vivemos e não conformar o território frente ao cenário de desigualdade ambiental[7].

Portanto, ao querer transformar o modelo de sociedade, é preciso se constituir na prática como crítica. Como afirmam Ferreira e Felício (2021, p. 33), "não queremos radicalidade de boca, queremos uma radicalidade poderosa, vinda da terra, com raízes verdadeiras em nossos povos, com disposição para o combate. E, para isso, não há dúvida, é preciso organização". Desta obra produzida dentro da Teia dos Povos surgem os primeiros indícios para pensarmos a Educação Ambiental no pós-pandemia.

QUAL O PAPEL E QUE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRECISAREMOS NO PÓS-PANDEMIA?

Machado (2020) afirmou que a Pandemia colocava "em debate a própria existência do sistema capitalista" ou mais precisamente os seus fundamentos. Hoje, com mais informações, podemos considerar que o sistema se adaptou a mais esta crise e, apesar de evidenciar para todos a grande desigualdade inerente a ele, a pandemia foi vista como oportunidade.

A Pandemia, infelizmente, proporcionou-nos inúmeros elementos para se debater o sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal. Cabe salientar ainda que o vírus é o próprio sistema (MACHADO, 2020) e que "a reação das sociedades capitalistas tende sempre a ser uma resposta no limite mínimo às demandas máximas" (MASCARO,

[7] "O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos" (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012).

2020, p. 6), fato esse observado na atuação das grandes corporações extrativistas em suas atividades na América Latina. Assim, é importante afirmar que a Pandemia é uma crise que decorre do capitalismo (MACHADO, 2020; MASCARO, 2020) e desvenda outras crises, como a do direito (MASCARO, 2020), a ambiental (BRONZ, ZHOURI; CASTRO, 2020), a econômica etc. No Brasil, essa crise (pandêmica e econômica) encontra "um grau ímpar de regressismo e reacionarismo político e social" (MASCARO, 2020), além de uma política de morte.

Dessa forma, pensar uma Educação Ambiental no pós-pandemia está diretamente ligado a se colocar ao lado daqueles que estão em luta. Santos, Dorneles e Machado (2015, p. 204) destacam que não pretendem

> dizer aos injustiçados e que vivam a desigualdade o que é melhor para eles, mas sim com eles produzir/definir/contribuir para suas lutas. Podemos enquanto acadêmicos e pesquisadores identificar, mapear e construir estudos/reflexões que contribuam para suas lutas e/ou contra tal configuração de injustiça e desigualdade. (...) Acreditamos, e assim agimos, para que a educação ambiental para a justiça ambiental faça jus a sua caracterização como crítica. (SANTOS, GONÇALVES, MACHADO, 2015, p. 204)

Os autores trazem para o debate uma educação ambiental para a justiça ambiental. Se a injustiça ambiental é caracterizada como "o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9), então, acreditamos que a justiça ambiental pode ser um importante elemento para guiar a nossa discussão sobre a Educação Ambiental no pós-pandemia, entendida como: "um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9). As perguntas para quê e para quem devem sempre acompanhar as ações, tanto das lutas como desta educação que busca a justiça.

Nesse sentido somam-se as teorias e práticas *decoloniais*, *ecofeministas, epistemologias pretas* e outras, pois criam fissuras e gretas

nesse sistema de verdades e normas únicas. Como diz Catherine Walsh (2017, p.25)

> las grietas dan luz a esperanzas pequeñas. Pienso en la flor que apareció de un día al otro en una pequeña rendija de las gradas exteriores de piedra y cemento de mi casa, también en las dos hojas verdes que brotan ante mis ojos desde el asfalto de una vereda en plena ciudad. Las grietas que pienso revelan la irrupción, el comienzo, la emergencia, la posibilidad y también la existencia de lo *muy otro* que hace vida a pesar de – y agrietando – las condiciones mismas de su negación.

Para criarmos fissuras, brechas e *grietas* não podemos afirmar verdades abstratas descoladas da vida, das realidades e das injustiças existentes, mas devemos nos colocar humildemente ao lado dessas populações que gritam e criam gretas no sistema, para que possamos, de alguma forma, ajudar a rachá-lo de vez, a criar outros mundos como defendem os zapatistas. Como afirma Grosfoguel (2008)

> todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental.

Com isso, é importante que reafirmemos o nosso compromisso ao lado dos grupos subalternos, para a construção de um conhecimento situado e condizente com os interesses desses grupos na construção dos seus mundos, ainda mais nos espaços acadêmicos que tendem em sua arrogância se julgarem superiores aos demais seres humanos.

QUAIS CONHECIMENTOS CONSTRUÍMOS ANTERIORMENTE QUE PODEM AJUDAR NA SUPERAÇÃO DAS QUESTÕES FUTURAS?

Durante a Pandemia, mais do que conhecimentos construídos, evidenciou-se que existem outros sistemas para além do capitalismo que sempre foram praticados em nossa sociedade. Enquanto assistimos a uma inércia programada pelo Governo Federal em relação à pandemia e ao aumento da fome e da miséria, os grupos e movimentos sociais se organizaram em redes de solidariedade para a garantia e manutenção da vida.

Essa mesma organização se observa nos territórios para se enfrentar as megacorporações extrativistas e agrícolas ávidas por tomarem a terra, à força se necessário. Por isso, uma das pautas defendidas pelos movimentos de equidade e justiça ambiental é a destinação territorial (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2021), considerando que:

> que os grupos sociais não-dominantes estão sempre expostos a "crises ambientais" que lhe são específicas, ou seja, à inviabilização de suas práticas espaciais, seja em razão do despejo dos produtos invendáveis da atividade capitalista em seus espaços de moradia –os chamados resíduos, efluentes e emissões – seja pela expropriação de suas terras, matas e recursos de uso comum; ou seja, tanto a jusante como a montante do ciclo material do capital (ACSELRAD, 2021, p. 209).

Desde o início do saque realizado pelos colonizadores europeus, os povos, as populações tradicionais e os grupos sociais tiveram seus territórios vilipendiados para atender aos interesses coloniais. Esse saque foi realizado através da força (PORTO-GONÇALVES, 2020, ARÁOZ, 2020), mas também impôs "um padrão de saber" (PORTO-GONÇALVES, 2020, p. 11) que continua, ainda no presente, com as veias abertas e possui práticas inesgotáveis de violência (ARÁOZ, 2020).

Ao olharmos para a América Latina identificamos que os saques sobre a nossa natureza são realizados de forma contínua, tendo no modelo agro-minerador e madeireiro sua sobrevivência e persistência ao longo da história dessa região. Portanto, como destaca Santos (2021, p. 30),

> Estar ao lado desses grupos sociais populares é função primordial de uma ciência decolonial que se posiciona ao sul. Produzir elementos que possam fortalecer as lutas desses coletivos contra a imposição de injustiças ambientais é premissa básica de quem se dispõe a debater esses assuntos. Não podemos apenas debater no campo das ideias sobre injustiças ambientais, é preciso nos posicionar ao lado desses coletivos e verificar como podemos auxiliar em suas lutas. Assim, [...] uma Educação Ambiental crítica só ocorre se for na luta por justiça ambiental, portanto, uma Educação Ambiental para justiça ambiental ou uma Educação para justiça ambiental. Mas, ela só pode ocorrer livre de amarras que possam lhe prender no seu fazer ao lado desses grupos, pois o seu compromisso deve ser com essa relação estabelecida, não podendo ser definida ou controlada por terceiros.

Por isso, é importante que possamos travar nossas próprias lutas também dentro da própria Universidade, como o debate sobre o padrão de saber dentro das universidades públicas que, em alguns casos, ajuda a instrumentalizar com “argumentos científicos” as espoliações territoriais e, portanto, gera injustiças ou mantém as existentes. Neste caso, por exemplo, de que lado ou a quem está a servir nossas reflexões, pesquisas e atividades acadêmicas?

QUAIS FORAM AS EXPERIÊNCIAS, PROBLEMAS E CONTRIBUIÇÕES QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL VIVENCIOU NO MODELO REMOTO QUE PREPONDEROU DURANTE A PANDEMIA?

Talvez seja quase unânime que o trabalho virtual/remoto, estabelecido pela necessidade de isolamento social durante a Pandemia, trouxe-nos poucas contribuições ou as que trouxe devem ser discutidas em sua pertinência para auxiliar a superação da exploração e das injustiças. Mesmo que possamos citar a criação, qualificação e ampliação das tecnologias de transmissão ao vivo, essa seguiu a mesma lógica da ampliação da desigualdade social e uma apropriação pelo capital privado. O acesso às tecnologias acompanhou os privilégios escancarados durante o período pandêmico. No Brasil, por exemplo, o acesso à internet está longe de ser universalizado.

Uma contribuição desse momento foi a ampliação de trocas entre diferentes territórios, como uma forma de partilha sobre as lutas empreendidas pela manutenção de seus modos de vida e pela manutenção da vida. A resistência de alguma forma reverbera e ecoa por outros territórios e mostra que é possível o enfrentamento a esse modelo societário. Contudo, certamente essas trocas teriam uma maior potência se realizadas de forma presencial. O formato virtual removeu da Educação Ambiental algo que deveria ser fundamental no seu fazer: o contato e a presença. O mesmo ocorreu com os movimentos sociais que saíram das ruas, por responsabilidade com a vida, e perderam a sua maior forma de expressão.

Se por um lado, foi possível observar também que conseguimos nos organizar em redes de apoio de solidariedade para salvaguardar a vida, visto a

necropolítica implementada pelo Governo do Brasil. Observou-se o campo produzir alimento, através da agricultura familiar, e auxiliar na alimentação das periferias das cidades. Por outro, pode-se constatar um aumento da sobrecarga de trabalho por parte de professores/as e outros profissionais com o advento da Pandemia e um adoecimento da saúde mental durante esse período. A Pandemia quando terminar deixará efeitos colaterais que serão sentidos por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse vírus, entretanto, não é produto da imaginação literária, nem tão pouco ficcional; é bem concreto, avançou ligeiro e provocou medos, temores, apreensões e um número muito grande de vítimas fatais, sobretudo entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais; entre pobres, idosos, pessoas com alguma comorbidade, enfim, os mais injustiçados e frágeis em/de nossa sociedade.

Dessa forma, é preciso que possamos nos colocar ao lado dos grupos subalternos (GROSFOGUEL, 2008) e nos enxergamos nesse fazer da Educação Ambiental na criação de “paraquedas coloridos” (Ailton Krenak, 2019) para se evitar a queda do céu (Davi Kopenawa e Bruce Albert, 2019). Que possamos pensar passos futuros para a nossa organização coletiva em que tenhamos outros mundos (conforme os zapatistas) com justiça social e ambiental. E, no retorno aos abraços, à convivência, aos debates e às reflexões presenciais de que somente na ação, no colocar em práticas as utopias, de realizar escrupulosamente os sonhos, é que criaremos via a luta o fim das injustiças, das desigualdades e um Brasil de fato para todos, todas e todes, e não só para alguns como querem e desejam as classes dominantes, seu governo e os militares.

AGRADECIMENTOS

A CAPES pela bolsa de Pós doutorado concedida através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004. p. 13 - 34.

ACSELRALD, Henri. Pandemia, crise ambiental e impasses da modernização ecológica do capitalismo. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 13(2), 205–218. 2021. https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45314

ACSELRAD, Henri; MELO, Cecilia Campelo; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ALBA RICO, Santiago. Capitalismo Pandémico. **Contexto y Acción**. n. 268. 2001. Disponível: https://ctxt.es/es/20210101/Firmas/34633/Santiago-Alba-Rico-capitalismo-pandemico-sindemia-virus-desigualdad.htm

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastres:** o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante. 2020.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. **Pensar Relacionalmente**, In: **Una Invitación a la sociologia reflexiva.** México/Espanha/Buenos Aires/Siglo XXi, 2008.

BRONZ, Débora, ZHOURI, Andréa, & CASTRO, Edna. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica** - Revista Contemporânea De Antropologia, (49). 2020. https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES.** 2012. p. 164 -183.

COSTA, Gustavo Pereira. Prefácio. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo de (Orgs.). **Pandemia e Território**. São Luís: Uema Edições. 2020.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Bahia: Teia dos Povos. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80. 2008. URL: http://journals.openedition.org/rccs/697; DOI: https://doi.org/10.4000/rccs.697

FREITAS, Ilton. **Guerra híbrida contra o Brasil.** Porto Alegre: Liquidbooh, 2019.

HARVEY, David. **Anticapitalismo em tempos de Pandemia**: marxismo e ação coletiva. São Paulo: Boitempo. 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. 7 ª reimpressão São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental. **Ambiente & Sociedade.** V. XVII, n.1. 2014. P. 23-40.

LEIRNER, Pierro. **O Brasil no espectro de uma guerra fria.** São Paulo: ALAMEDA, 2020.

MACHADO, Carlos RS. O vírus, as injustiças e a crise/superação do capitalismo: desde o vivido na quarentena. In: MACHADO, Carlos RS. (Org.). **A ação dos oprimidos contra o vírus capitalista:** reflexões desde o vivido. Marília: Lutas Anticapital. 2020. p. 27 – 98.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia.** São Paulo: Boitempo. 2020.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. n1 edições. 2020.

MORAES, Bruno Emilio. A crise da Educação Ambiental e os novos horizontes epistemológicos. In: SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO, Carlos RS (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos:** por uma educação para a justiça ambiental. Florianópolis: Tribo da Ilha. 2021. p. 35-65.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América - guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio – A desordem do progresso. ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastres:** o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante. 2020.

SANTOS, Caio Floriano dos. Educação Ambiental para a justiça ambiental – nem uma aspirina e nem um Band-Aid. In: SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO, Carlos RS (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos:** por uma educação para a justiça ambiental. Florianópolis: Tribo da Ilha. 2021. p. 11-34.

Santos, C. F. dos, Gonçalves, L. D., & Machado, C. R. da S.. Educação ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. **REMEA** - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, 32(1), 189–208. 2015. https://doi.org/10.14295/remea.v32i1.5016

SAUVÉ. Lucie. Uma cartografia das correntes de Educação Ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed. 2005. p.11-44.

WALSH, Catherine. Gritos, grietasy sembras de vida: entretejeres de lo pedagógico y lo decolonial. In: WALSH, Catherine (Orgs.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)viver. Tomo II. Ecuador/Quito: Ediciones Abya-Yala. 2017. p. 17-45.

ZUCARELLI, Marcos. Mineração no contexto da pandemia da covid-19 no brasil: aspectos institucionais e corporativos. In: Wanderley, Luiz Jardim; Mansur, Maíra; Milanez, Bruno. **Essencialidade forjada e danos da mineração na pandemia da Covid-19**: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. 2021.